

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### **“Zona” Organizada: A memória do caminho para a cidadania social e trabalhista.**

Frederico Sidney Guimarães\*

**Resumo:** Este trabalho analisa a memória do processo de lutas das prostitutas organizadas politicamente na cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, procura demonstrar os aspectos envolvidos na conjuntura política relacionada à prostituição, as políticas públicas e a forma na qual estaria se criando uma memória coletiva dessa mobilização. Contamos com a metodologia da História Oral e análise de fontes escritas.

**Palavras-Chave:** Prostituição, trabalho, memória.

**Abstract:** This paper analyses the collective memory of the prostitutes movement politically organized in the city of Rio de Janeiro. It tries to indicate the involvement of other aspects such as the political conjuncture, the public policies etc. We used the Oral History methodology and the support of written sources.

**Keywords:** Prostitutes, labour, memory.

Este trabalho tem como objetivo analisar a memória de um processo de lutas organizado pelas prostitutas no Rio de Janeiro mobilizadas em prol do reconhecimento de sua cidadania e de seus direitos trabalhistas. Através de um início de mobilização local, foi se estabelecendo contatos de parceria até que se efetivou o I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987, quando foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas<sup>1</sup>.

Como tarefa inicial, iremos retratar os aspectos que fazem parte da história de lutas e as formas nas quais percebemos a ação do Estado em relação à questão da prostituição. Com base nessas atitudes, será possível perceber a conjuntura na qual o movimento das prostitutas surgiu e sua inserção nos meios políticos.

No Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional marcou o início da luta institucionalizada, porém, não podemos deixar de mencionar que havia um histórico de iniciativas que conduziram a um aperfeiçoamento na questão da consciência de seus direitos e também da proteção pessoal e reconhecimento. Neste caso, podemos citar como exemplo um fato que se tornou símbolo: a ocupação de uma igreja na França por prostitutas locais como forma de protesto.

---

\* Graduado em História e Mestrando do Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO.

<sup>1</sup> Folheto fornecido pela ONG Davida – Produzido pela Rede de Prostitutas – sem data.

A ocupação de Igreja Saint-Nizier, em Lyon, 1975 por 150 prostitutas que protestavam contra as multas, prisões e assassinatos simbolizou o dia internacional das Prostitutas, 2 de junho<sup>2</sup>. Percebe-se que temos a construção de uma noção identitária que contrasta com os padrões considerados éticos e morais de uma sociedade cristã e machista.

O surgimento dessas atividades de contestação reflete uma conjuntura que caminha para o amadurecimento das instituições políticas e ideológicas das sociedades democráticas. Esta afirmação parte de pressuposto de que essa luta não se encontra respaldada apenas na participação das próprias profissionais, mas pelo apoio dado a tais questões por outros setores sociais.

Mesmo assim, não se pode deixar de lado que um dos problemas que enfrentamos atualmente é a melhor definição de democracia e como ela pode ser vivenciada na complexidade do jogo social, no qual vários tipos de comportamentos e ideais de vida são confrontados. A dúvida faz parte da problemática de equiparar, num mesmo plano de conquista, a noção de igualdade e de direito para todos, a partir do momento em que uma sociedade democrática e de direito considera parte de grupos pertencentes à população como inglorios e destituídos do merecimento de serem reconhecidos com parte integrantes da cidadania.

Faz-se menção a importância não apenas na luta pela regulamentação do trabalho, mas pela ampliação de direitos sociais e civis. Percebe-se que este movimento encontra barreiras não apenas na estrutura dos estados e das instituições tradicionais da sociedade, mas também nos próprios integrantes do que seria esta categoria de trabalho. Desta forma, é de extrema importância o entendimento da capacidade dos grupos sociais alterarem a ao mesmo tempo aperfeiçoar a vida cidadã e democrática das sociedades.

Na primeira parte serão expostas as ideologias e a tipologia efetuada na ação do estado em relação às prostitutas. Na segunda, focalizaremos essa análise no Estado Brasileiro e por último será abordada a organização das prostitutas no Brasil e no Rio de Janeiro.

### **Prostitutas e Estado:**

Através da discussão sobre a forma que os estados democráticos lidam com a questão das minorias, podemos fazer uma exposição sobre como tem sido a prática das políticas públicas em relação ao trabalho das profissionais do sexo. Esta parte nos ajudará a

---

<sup>2</sup> <http://sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=64776>

comparar os caminhos tomados por diferentes grupos de organização das prostitutas assim como a diferença sobre os projetos dos governos em relação às zonas de meretrício.

Essas práticas públicas podem ser compreendidas em três principais aspectos: proibição, regulamentação e abolição da prostituição (SILVA, 2005: 72-105). A proibição faz parte de uma maneira autoritária de se tentar resolver os problemas sociais, de forma a proibir, pela lei, a prática do meretrício. As prostitutas que vivem nesse sistema estão sempre sendo perseguidas pela polícia sobre o argumento legal da ilegalidade de sua prática. Como consequência direta da proibição surgiu a necessidade de camuflar o exercício da sua profissão. E através desse jogo com o poder público que surgem as “zonas”, áreas de tolerância pelo poder público, ou as “dançarinas” ou diversas formas de fugir da consideração de prostituta.

A regulamentação visa ao mapeamento das áreas ocupadas pelo meretrício e o estabelecimento de normas para o exercício dessa atividade. Existem vários métodos voltados para a regulamentação, como o fichamento das prostitutas, exigência de visitas periódicas a postos de saúde, criação de uma burocracia de certificados indicando as condições daqueles que estão sendo catalogados.

Esse modelo é o preferencial dos sanitaristas e dos projetos de “urbanização” das cidades. A partir da consideração do meretrício como uma prática natural dos meios urbanos, o que faz relação com o senso comum de que estaríamos tratando da profissão “mais antiga do mundo”, esse seria o melhor meio de se manter o controle sobre essa prática. Além do controle físico haveria a possibilidade de evitar, segundo os adeptos da regulamentação, os males urbanos associados à prostituição, como a proximidade com a criminalidade e a propagação de doenças sexualmente transmissíveis.

Por último teríamos o modelo abolicionista no qual a intenção é evitar que as causas possíveis que levariam ao surgimento de prostitutas fossem extintas. Nesse caso, a principal característica é a “vitimização” da mulher prostituta. Elas seriam livres para o exercício de suas práticas sexuais, porém a repressão estaria ligada àqueles que cooptam com tal atividade. O surgimento desse tipo de mentalidade teve origem com a percepção de que a regulamentação não estaria sendo capaz de manter o controle sobre as profissionais do sexo.

Os principais alvos dessa política pública são os traficantes de mulheres, a prática de “escravização” das prostitutas e o próprio estabelecimento onde se efetuam os acordos

sexuais, que são referenciados no termo lenocínio.<sup>3</sup> Dentre os estados adeptos do abolicionismo está o Brasil, devido a sua legislação, que será abordado mais a frente.

A crítica feita a esse tipo de ação do estado em relação à meretriz é vinculada à penalização da mulher e ao mesmo tempo demonstra uma prática contraditória, já que a prostituição seria permitida, mas o local no qual é exercida não. Desta forma, a fragilidade das profissionais, repressão e o desrespeito às mínimas condições de cidadania demonstram as ameaças que cercam a construção e manutenção de um esquema de conquista dos direitos da mulher prostituta.

### **Políticas públicas no Brasil em relação a Prostituição:**

O Brasil, como visto na parte anterior deste trabalho, se enquadra nos países que optaram pela abolição da prostituição, como pode ser observado no Capítulo V do Código Penal (do lenocínio e do tráfico de mulheres). Uma observação pertinente sobre este caso é a contrariedade implícita pela opção da abolição, já que manter uma casa de profissionais do sexo é ilegal, mas ser prostituta não o é.

Além disso, uma contradição clara em relação à legislação, encontra-se casos de arbitrariedade da polícia e dos órgãos de fiscalização quando delimitam algumas áreas para o efetivo exercício da prática do lenocínio. Como foi o caso da transferência planejada das profissionais para determinadas partes da cidade e a demarcação de territórios próprios para a realização de seus trabalhos.

Isso demonstra que era de conhecimento das autoridades públicas o funcionamento de tais estabelecimentos, e que sua repressão era efetivada na proporção da aceitabilidade da qual a “comunidade” lidava com essas práticas onde estava sendo exercida a prostituição.

*Ansiosos pela retirada das prostitutas de determinadas ruas, por atrapalharem seus negócios ou desvalorizarem suas moradias, estes grupos viam na imprensa um canal de pressão para que fossem tomadas medidas de repressão policial. (SILVA, 2005: 72-105)*

Essa prática de remoção das prostitutas de um local e a delimitação de áreas de “tolerância” estaria vinculada à conjuntura história do surgimento do “mangue”, vale ressaltar a desapropriação arbitrária e fundamentada em planejamentos urbanos. Além dessas áreas, enquadradas nos termos econômicos desfavoráveis, havia as prostitutas de luxo, no qual as

---

<sup>3</sup> Criminalização da exploração da prostituição. Estão inclusos nesse item qualquer casa, boite, bar ou qualquer órgão que possibilite a atividade da prostituta.

autoridades faziam uma associação com a idéia do progresso e desenvolvimento, através da noção do crescimento de grandes estabelecimento luxuosos de diversão.

A mentalidade dos próprios órgãos do governo sobre a questão da “tolerância” em relação ao meretrício, prática que no Brasil sempre foi proibida a exploração, demonstra um caráter peculiar da mentalidade patriarcal e moralista da nossa sociedade, que encararia a prostituição como o chamado “mal-necessário”.

Segundo esta linha de pensamento, a prostituta teria a função de manter inclusive a ordem da estrutura familiar, já que saciaria os ânimos masculinos e deixaria a castidade e o bom comportamento de suas esposas. “dessa maneira, tem-se preservada a figura sacralizada da esposa como mulher imaculada, onde o sexo vincula-se à reprodução, e a pureza virginal da “moça de família”. (Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas, Coordenação Nacional de DST e AIDS, 2002: 14)

Apesar desses traços adversos, hoje podemos perceber alguns exemplos que demonstram a abertura de um novo caminho de dialogo entre a profissional do sexo e o estado brasileiro. Como exemplo temos um embate com a Agencia Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), na qual o governo brasileiro recusou um financiamento de 40 milhões de dólares em 2003 estando em acordo com as representantes da Rede Brasileira de Prostitutas. Este fato foi ocasionado por conta de uma exigência do governo dos Estados Unidos para que os órgãos financiados para a prevenção de AIDS envolvendo as prostitutas não poderiam ser instituições organizadas para o reconhecimento da profissão.<sup>4</sup>

Essa situação demonstra que o próprio governo aceitou a representação da Rede Brasileira de Prostitutas, já que recusou o financiamento, além de não legitimar a beneficio a outras instituições, como as pastorais sociais ou outras associações, como no caso da AMOCAVIM (Associações dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa).

Além disso, temos hoje no Código Brasileiro de Ocupações, número 5198-05, o reconhecimento da profissão de “Profissionais do Sexo”. Isso demonstra que no Brasil as prostitutas caminham para um campo de reconhecimento de seu trabalho e de respeito em relação às representantes de suas categorias.

---

<sup>4</sup> Entrevista da Gabriela Leite concedida ao autor deste trabalho em 18/09/2006

Assim, para a próxima parte do trabalho, iremos analisar a prática da mobilização das prostitutas no Brasil, percebendo seus projetos, idéias e caminhos encontrados para fortalecer as potencialidades de seus institutos.

### **A Organização das Prostitutas no Brasil.**

O marco inicial da mobilização das prostitutas está no I Encontro Nacional das Prostitutas realizadas no Rio de Janeiro, em 1987, quando foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas. Essa mobilização contribuiu para a conscientização da capacidade de organização da categoria na cidade, já que logo após esse encontro seria criada a Associação das Prostitutas da Vila Mimosa, em 1988, por conta da prevenção de seus locais de trabalho contra a demolição.

Esse projeto, do encontro nacional, partiu da idéia de algumas prostitutas que já haviam tido experiências de mobilizações, como a Gabriela Leite, que atuou em São Paulo e agora reside no Rio de Janeiro e Lourdes Barreto, de Belém. É interessante mencionar, pelos exemplos individuais, as possibilidades de trabalho e troca de idéias que houve nesse encontro pela junção de idéias originadas de lugares distantes e trajetórias de vidas diferentes.

Enquanto Gabriela contribuiu para a defesa dos direitos das prostitutas em 1979, quando houve a perseguição, tortura e assassinato de prostitutas e travestis em São Paulo comandada pelo delegado Richetti, a militante Lourdes Barreto iniciou sua atuação junto com organismos progressistas da Igreja Católica. Isso criaria uma polêmica futura com esses órgãos, já que as prostitutas, desde o I Encontro, focalizaram sua luta pelo reconhecimento e legalização da profissão.

Se considerarmos o tempo de atuação desses grupos, próximos dos 15 anos, já podemos perceber o quanto foi preciso se adaptar, expandir e, principalmente, se auto afirmarem para que se permitissem a condição de existência. Portanto, temos aí a formação de uma memória coletiva<sup>5</sup>, pensada numa rede de identificação e lembranças interligadas entre os participantes desses movimentos, devido à interação com seus quadros de vida ao mesmo tempo individual e grupal.

Neste ponto, é necessário ressaltar que estamos tratando de um grupo que se renova e que possui um fluxo grande de participantes. Mesmo a consideração de um grupo

<sup>5</sup> Emprega-se este termo de acordo com o que nos diz Maurice Halbwachs no seu livro Memória Coletiva, da editora Vértice, editora revista dos tribunais, publicado no ano de 1990, quando é exposto que nossas memórias fazem parte de um convívio social, já que são nossas referências externas que auxiliam no nosso processo de lembrança. Este ponto será melhor explicado na abordagem teórico-metodológica, porém, aqui trata-se de apontar a abrangência do tema da pesquisa.

raiz, na qual estaria a base de uma memória “inicial”, estaríamos também lidando com a possibilidade de partilhamento da memória, cujo marco referencial seria o I Encontro e as primeiras iniciativas.<sup>6</sup>

Essa idéia de mobilidade faz parte mesmo da própria proposta de atuação da categoria. Não podendo se organizar em sindicatos e necessitando arrumar meios de manter uma comunicação, inclusive considerando a distância nacional, optou-se por criar uma “rede” de atuação. Através de uma cadeia de relacionamentos inter-grupais e diversidade de associações, as Profissionais do Sexo procuram manter uma coesão mobilizatória em meio tanta multiplicidade de sujeitos envolvidos.<sup>7</sup>

Uma das grandes características desse tipo de organização é a ausência de hierarquia estrutural e de estatuto. Desta forma, segundo entrevistas realizadas, elimina os problemas referentes à politicagem e jogo de poder, pelo menos no campo de controle dos órgãos ou ocupação de cargos dessa instituição.

Entender o funcionamento desse instrumento de luta, e a formação de uma memória e identidade dessa rede será um processo que necessitará partir do pressuposto de que os sujeitos envolvidos nessa cadeia de relacionamento possuem autonomia e identificação própria, seja ela individual ou mesmo grupal. Essa observação se faz pertinente devido à ausência de uma norma ou qualificação para se fazer parte da Rede Brasileira de Prostitutas, o único quesito em comum que fica evidente, além de pertencerem a mesma categoria de trabalhadores, é manter uma coesão de interesses e a responsabilidade de atuarem em prol dos mesmos objetivos.

Será através da abordagem desse consenso de interesses que entendemos um dos principais fatores que as manteriam coerentes nessa cadeia informacional, ou seja, a luta pela profissionalização da Prostituição. Incluí-las no mesmo patamar de qualquer trabalhador brasileiro é uma bandeira polêmica dentro do próprio movimento. Se por um lado demonstra um foco centralizador, temos também a possibilidade de uma divisão da categoria, observada em outras instituições que não integrariam a Rede Brasileira de Prostitutas, como é o caso da AMOCAVIM (Associação dos Moradores do Condomínio e amigos da Vila Mimosa).<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Mesmo que esta abordagem temática se encaixe também na idéia de hipótese, há entrevistas realizadas, inclusive com personagens não-participantes da categoria de Profissionais do Sexo que re-afirmam a importância o I Encontro, além de cartazes ilustrativos disponibilizados na sede da ONG Davida ressaltando a história do movimento.

<sup>7</sup> Entrevista Gabriela Leite realizada pelo autor em 18/09/2006

<sup>8</sup> Observado nas entrevistas, a AMOCAVIM estaria na disputa pela melhoria da qualidade de vida, mas não da regulamentação da profissão, associa-se nesse caso o jogo de interesses das casas onde são realizadas o trabalho.

Apesar de termos mencionado um fato adverso da mobilização, em pouco tempo de atuação a Rede de Prostitutas percebeu que contaria com uma ampla parceria com inúmeras outras iniciativas do mesmo porte, nacionais e internacionais. Neste caso de parceria, não se pode deixar de mencionar a atuação da ONG Davida, que promove campanhas de conscientização e tem publicações do jornal Beijo da rua e da criação de uma grife de roupas, denominada Daspu.

### **Conclusão**

O trabalho inicialmente procurou demonstrar os aspectos que fazem parte da conjuntura na qual se encontram as atividades referentes à prostituição, tanto por parte do Estado como por parte dos próprios grupos organizados de prostitutas. Primeiramente foi possível constatar os modelos de ações do estado voltados para prática da prostituição: abolir, regulamentar e proibir.

Dentro desse aspecto, percebemos que o Brasil se enquadra, pela sua legislação, no campo dos países que procuram a abolição. Portanto, essa atitude tem como característica de suas práticas a contradição, pois podemos perceber aspectos dos termos proibitivos, já que a prostituta, mesmo ausente da qualificação de crime, é reprimida através da criminalização de todos os campos referentes à sua prática, ou aqueles que fornecem meios para a realização de seu ofício.

Foi nessa conjuntura que as prostitutas no Rio de Janeiro se mobilizaram a partir do I Encontro Nacional, o que proporcionou um incentivo para a criação de diversos institutos em defesa da categoria. Vale-se reiterar a opção pela atuação em rede e a focalização dos objetivos na regularização (não apenas regulamentar) da profissão.

### **Referências Bibliográficas**

- AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da super-modernidade**. Rio de Janeiro, Papirus, 2.º edição.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2002
- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo, Vértice – Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos o breve século XX.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995



- HUSSEN, Andréas. *Passados presentes: mídia, política, amnésia*. In: **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *Documento Monumento*. In: **Memória e História**. 3.º Edição. Campinas, Editora da Unicamp, 1994
- Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas, Coordenação Nacional de DST e Aids. **Profissionais do sexo: documento referencial para as ações de prevenção das SST e da Aids**. Brasília, 2002
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo, Projeto História – Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. V. 10, 1993,
- RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. São João de Meriti, Ed. Fluminense, 2002;
- SANTANA, Marco Aurélio & RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo, Annablume, 2003
- SÉGUIN, Elida. *Minorias e grupos vulneráveis*. Rio de Janeiro, Forense, 2002
- SILVA, Juan Carlos da. *A polícia e o controle da prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1841-1942)*. In: ABREU, Maurício de Almeida. **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudo da geografia histórica carioca**. Rio de Janeiro, Da Fonseca Comunicações, 2005.